

São Bernardo do Campo, 10 de abril de 2010.

NOTA À IMPRENSA

Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios

O crescimento econômico brasileiro observado na década atual concretizou-se pelo desempenho do setor exportador, combinado com significativa participação do mercado interno.

A dinâmica de crescimento continuado em um quadro macroeconômico de relativo equilíbrio teve impacto positivo no mercado de trabalho, promovendo mudanças importantes em um quadro histórico de profunda desigualdade social, sobretudo a partir de 2003.

Os resultados observados revelam uma melhora nos principais indicadores do mercado de trabalho: crescimento da ocupação, queda do desemprego, aumento da formalização e redução da informalidade, acompanhados por significativo aumento da massa salarial e discreta recuperação do salário médio, crescimento do valor real do salário mínimo, e resultados mais positivos nas negociações salariais.

Nesta década, verifica-se o crescimento do conjunto da ocupação, com destaque para o assalariamento com carteira assinada (Gráfico 1). Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) – registro administrativo sobre o emprego formal mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estima-se que, entre 2003 e 2009, foram criados mais de 12 milhões de empregos formais (Gráfico 2). Essa dinâmica da ocupação teve, por um lado, forte impacto na taxa de desemprego metropolitana que diminuiu de 19,5%, em 2002, para 14,2%, em 2009 (Gráfico 3). Por outro lado, contribuiu para a diminuição da informalidade no conjunto dos ocupados que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caiu de 46,5%, em 2002, para 42,7%, em 2008.

No que tange à renda, observa-se que houve expressiva elevação da massa de rendimentos, determinada, predominantemente, pelo crescimento da ocupação (Gráfico 4).

Também se observa o comportamento positivo, porém mais discreto, do rendimento real médio. Ainda em relação à renda, houve uma significativa recuperação do salário mínimo real (Gráfico 5), fruto da política da valorização acordada entre as Centrais Sindicais e o Governo Federal. Entre 2002 e 2010, o aumento real do mínimo ficou em 53,67%. Como resultados desses movimentos, houve importante redução da desigualdade de renda nos últimos anos como indica o Coeficiente de Gini, baseado nos dados da Pnad (Gráfico 6).

Os resultados das negociações salariais revelam uma melhora relativa do ambiente negocial, sobretudo após 2004, com o predomínio de negociações que apresentam resultados que asseguram a reposição da inflação, e garantem, inclusive, aumentos reais de salário (Gráfico 7).

A relação entre o salário médio dos admitidos e dos desligados apresenta uma clara melhora no período, passando de 84% em 2002 para 92% em 2008 (Gráfico 8). A crise do ano passado interrompeu essa melhora. Essa evolução positiva certamente decorre do aquecimento do mercado de trabalho, das negociações dos pisos salariais e da política de valorização do salário mínimo. Contudo, a rotatividade segue sendo um dos principais problemas do mercado de trabalho brasileiro. Ainda que os saldos de empregos anuais sejam crescentes, observa-se que estes resultam de uma intensa movimentação entre admitidos e desligados (Quadro 1).

Desde o início dos anos 1990, a produtividade industrial é crescente, descolando-se da remuneração real média do setor que permanece estável no período recente. A relação desses indicadores revela que existe um largo espaço para o crescimento dos salários (Gráfico 9).

Esse conjunto de resultados positivos no mercado de trabalho decorre de uma intencionalidade presente na estratégia de desenvolvimento. Permanecem, entretanto, desafios históricos e estruturais do mercado de trabalho brasileiro destacando-se o alto desemprego, os baixos rendimentos, a informalidade e a rotatividade.

A necessidade de sustentar o desenvolvimento com elevação dos salários, do emprego e da produtividade impõe urgente expansão do investimento na qualidade da educação básica e na ampliação da oferta da educação profissional dos trabalhadores que hoje atinge apenas 10,6%, segundo o Ministério de Educação – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (MEC-Inep) dos matriculados no ensino médio.